



"Quão Díficil Nos Temos Movido"

ASSOCIAÇÃO NACIONAL DE SARGENTOS COMUNICADO NACIONAL 08/2022

14 de Abril de 2022



Organização Europeia
de Associações e
Sindicatos Militares

**33 Anos ao Serviço dos
Sargentos e de Portugal!**

"Ainda os Atrasos Injustificados nas Promoções!"

**100% Sargentos
de Portugal!**

Quando estamos a entrar na segunda metade do mês de Abril, aprovado que foi o Orçamento do Estado para 2022, e quando os portugueses se preparam para as comemorações pascais, para alguns (os mesmos de sempre) as amêndoas são, mais uma vez, amargas!

Os Sargentos continuam com as suas justas e esperadas promoções atrasadas, sem qualquer justificação ou cobertura legal!

Para além da denúncia feita no nosso anterior Comunicado Nacional (07/2022), relativamente aos Furriéis em Regime de Contrato, é forçoso denunciar que **muitos dos Sargentos que deveriam ter sido promovidos ao longo do ano passado (2021) continuam a aguardar pela concretização da respectiva promoção** por, alegadamente, não terem tido cabimento no número de vagas para promoções propostas pelo Chefe do respectivo ramo militar, apesar de terem sido apreciados para promoção e reunirem todas as condições necessárias para progredirem para o posto seguinte!

É também forçoso denunciar o **enorme atraso que já se verifica** (e no que poderá vir ainda a verificar-se) no processamento das **promoções relativas ao corrente ano de 2022**. É que é todos os anos é a mesma "estória"!!! **Somente agora**, estão a ser realizados, nalguns casos acabaram há muito pouco, os Conselhos de Classes, de Armas e Serviços e de Especialidades, no total desrespeito do artigo 184º do Estatuto dos Militares das Forças Armadas (EMFAR), publicado pelo DL nº 90/2015, de 29 de Maio, alterado pela Lei nº 10/2018, de 2 de Março, que, **recordamos**, determina que **"as listas de promoção anuais são homologadas pelo Chefe do Estado-Maior do respectivo ramo até 15 de Dezembro e publicadas até 31 de Dezembro do ano anterior àquele a que respeitam**". É a Lei que o EXIGE!

QUEM NÃO O CONSEGUE FAZER A TEMPO E HORAS, E SE ENTENDE QUE O QUE ESTÁ NA LEI ESTÁ MAL, ENTÃO, HÁ MUITO HAVIA DE TER SOLICITADO A SUA ALTERAÇÃO A QUEM DE DIREITO!

Não se pode é, incumprindo, continuar, ano após ano a prejudicar os Subordinados!

Conforme relatámos no nosso Comunicado Nacional 01/2022 de 06 de Janeiro – **"Quem Está a Faltar ao Rigor e à Verdade?"**, tivemos conhecimento, no final de 2021, que o Ministro da Defesa Nacional (MDN) produziu um Despacho, em 29ABR2021, concordando com o plano de promoções nas Forças Armadas para 2021, tendo-o

remetido para o Ministro de Estado e das Finanças e para a Ministra da Modernização do Estado e da Administração Pública.

Porém, só a 17DEZ2021 a Secretária de Estado do Orçamento produziu um Despacho em resposta, nada tendo a opor às referidas promoções, tendo sido, na mesma data, secundada por um Despacho do Ministro de Estado e das Finanças **"autorizando"** as promoções.

O absurdo de todo este enredo é que já em 17MAI2021, o Secretário de Estado da Administração Pública produziu um Despacho **considerando desnecessária a emissão do tão falado despacho conjunto** (erradamente dito necessário), uma vez que o disposto no artigo 152º do Decreto-lei de Execução Orçamental 2019 se encontrava **"tacitamente derogado"**, pela entrada em vigor da Lei do Orçamento de Estado para 2020.

Estes injustificados e inaceitáveis atrasos significam prejuízos materiais, funcionais, motivacionais e até sociais e, em última análise, em nada concorrem para a atractividade pelas Forças Armadas, nem para facilitar o recrutamento e a retenção!

Apesar da nossa denúncia e protesto, **continuam sem respostas por parte dos diversos responsáveis, políticos e militares**, as questões que os Sargentos têm o direito de **ver esclarecidas: Porque é que ficaram os Chefes Militares e os seus "competentes serviços" à espera de um Despacho considerado "desnecessário"? Será que o único que estava consciente da legislação em vigor era aquele Secretário de Estado da Administração Pública?**

Temos o direito, e o dever, de exigir que os responsáveis políticos, e particularmente os Chefes Militares, cumpram a lei!

Aguardamos resposta ao pedido de audiência que a Direcção da ANS já endereçou à Ministra da Defesa Nacional para tratar destes e de muitos outros assuntos!

Porque temos Dignidade e Exigimos Respeito, não podemos aceitar que os Militares em geral, e os Sargentos em particular, sejam confrontados com este esbulho, que se configura como um **verdadeiro roubo**, pelos prejuízos, não apenas materiais, que lhe estão associados e que, em muitos casos, será para o resto das suas vidas!

A Direcção